

Mesa-redonda: Promoção das ODS nas escolas: desafios para uma prática sustentável.

Coordenadora: Alessandra Santanna Bianchi

Autor: Nelson Rosário de Souza

Os temas do desenvolvimento sustentável e da educação escolar estão entrelaçados, pois, o futuro do meio ambiente e da sociedade está fortemente ligado à forma como as novas gerações interpretam, se integram e atuam no mundo vivido. Entretanto, outro conteúdo, de caráter transversal, é importante na consolidação da amarra entre os temas acima referidos, trata-se da democracia e o espaço escolar é fundamental para a formação cidadã ou, para a educação voltada para construção democrática.

O espaço legítimo para as transformações pacíficas é o das instituições e processos democráticos, seja no âmbito governamental, mas, principalmente na chamada sociedade civil, ou esfera pública. Nesse sentido é preciso sublinhar que a reflexão e atuação no nível dos poderes institucionais estabelecidos são necessárias, mas, não suficientes. Pois, fatores culturais e da ordem dos sistemas de valores hegemônicos funcionam como barreiras para efetiva participação de todos e dos principais interessados, aqueles que levam maior desvantagem em razão dos desequilíbrios e crises socioambientais. Portanto, é necessário o uso de um conceito ampliado de poder, de modo que os obstáculos quase invisíveis à aquisição de recursos pelos públicos subalternizados sejam identificados e combatidos.

Educação democrática e desenvolvimento sustentável são dois conceitos interligados que ganharam atenção significativa nos últimos anos. A educação democrática enfatiza a importância de envolver ativamente os alunos não só nos processos de tomada de decisão, mas, também na reflexão sobre como a dimensão ideológica cultural ‘os constroem’ em termos de classe, étnico-raciais, de gênero, sexualidade etc. Trata-se de um processo de formação de subjetividades sujeitadas que os constroem a cumprir papéis subalternos. Nesse sentido, a educação pode ser ferramenta importante para que os jovens questionem as heranças narrativas que dificultam a reelaboração de suas identidades, interesses, alianças e participação democrática. A educação para cidadania deve promover a autonomia, a solidariedade política e o pensamento

crítico. Passar por esse processo educativo significa sentir-se pertencente e participante da comunidade nas suas dimensões social, política e ambiental. Esse sujeito autônomo e participativo fará parte da construção da agenda do desenvolvimento sustentável, cujo princípio básico se concentra em atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer às suas próprias necessidades. No contexto da educação democrática, o desenvolvimento sustentável é crucial, pois capacita os alunos a se tornarem sujeitos ativos de mudança e cidadãos responsáveis. A reflexão sobre si, a autoconstrução como sujeito, só pode ser interativa, formar-se é ao mesmo tempo participar da construção da comunidade e seu devir. Sendo assim, ao compreenderem os desafios ambientais, sociais e econômicos que o mundo enfrenta, os alunos podem desenvolver um senso de responsabilidade em relação ao meio ambiente e à sociedade.

A democracia tem como princípio basilar a igualdade dos cidadãos perante o Estado, independente das suas diferenças. Aliás, a concepção de igualdade não é literal, melhor entendê-la do seguinte modo: não somos suficientemente diferentes a ponto de aceitarmos uma subjugação ao outro em nome da diferença. Por isso a política moderna entende que a dominação legítima, ou o fundamento do poder, é o consentimento. Esse consentimento, por sua vez, advém do sentimento de que, enquanto cidadãos, participamos do contrato social em igualdade de condições. Entretanto, a crise da democracia nos revelou que a igualdade enquanto uma promessa abstrata pode operar como uma armadilha. A igualdade pode funcionar como um modelo ideal, como critério para avaliar quem efetivamente preencheria os critérios de bom cidadão. Ao mesmo tempo, esse modelo também apontaria aqueles que não teriam atingido esse estágio de desenvolvimento devido às suas supostas limitações. A condição de subcidadão estaria associada a diferenças culturais, de classe, gênero, raça, sexualidade etc. Trata-se do modelo de construção da identidade hegemônica de homens, heterossexuais, brancos, adultos etc. em contraposição às subjetividades subalternas dos 'diferentes'. O desafio é repensar o projeto moderno da cidadania, caminho que exige o respeito e a integração das diferenças como ponto de partida. A autonomia dos sujeitos é fundamental para a participação política em condições de igualdade. Ser autônomo implica em ser capaz de refletir sobre quem sou, sobre quais grupos pertencço, sobre quais heranças me

constrangem em função das minhas diferenças; enfim, trata-se de pensar sobre o processo histórico que construiu determinadas diferenças como naturalmente superiores e outras como essencialmente inferiores. Nesse processo de resistência o sujeito reconhece quem são seus aliados em quais lutas. Não se trata de descartar a construção da igualdade, mas, de jogar o jogo democrático entendendo que as igualdades, sempre parciais e provisórias, só fazem sentido quando emergem a partir de disputas entre múltiplas diferenças negociadas na arena pública.

Essa é a base que pode viabilizar a inter-relação entre desenvolvimento sustentável, educação escolar e construção democrática da sociedade. Esse processo precisa envolver as pessoas, em especial os principais interessados, os mais afetados pelas crises, desequilíbrios e escassez (social, política, material, simbólica, ambiental). O caminho está pré-desenhado pelos princípios democráticos, mas resignificados. Democracia é um modelo que pede o envolvimento, a participação, é o sistema político mais exigente quanto à mobilização de recursos pelos seus adeptos. A educação democrática promove ambientes de aprendizagem inclusivos e equitativos, onde todos os alunos têm oportunidades iguais de participar e prosperar adquirindo capitais a partir das suas identidades autônomas. Essa inclusão se estende ao desenvolvimento sustentável, pois enfatiza a importância de garantir que o desenvolvimento beneficie todos os membros da sociedade, especialmente aqueles que são marginalizados ou desfavorecidos.